

De (terra) colonizada a (língua) colonizadora: um olhar sobre a relação entre língua e identidade

(From colonized (country) to colonizing (language): looking into the relation between language and identity)

Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

vilela-ardenghi@ibest.com.br

Abstract: This article is part of a scenery of rising debates concerning the constitution and/or the legitimation of identities. We aim to address here the connection between language and national identity based on a *corpus* which consists of pieces of news published by/in a Brazilian newspaper called *Folha de S.Paulo*, from 2001 to 2005, which referred to the Portuguese language. More specifically, this paper presents the results of the analysis of the pieces of news that confronted Brazilian Portuguese and the European Portuguese. Concepts of interdiscourse and ‘system of restriction’ proposed by Maingueneau (2005 [1984]) have guided the analysis, and we present here the results achieved, so that this paper is in the field of the French school of Discourse Analysis.

Keywords: Portuguese language, national identity, *Folha de S.Paulo*, D. Maingueneau.

Resumo: Este artigo insere-se em um cenário de discussões cada vez mais crescentes em torno da temática da constituição e/ou legitimação de identidades. Trata-se aqui de abordar a relação entre língua e identidade nacional, tomando como *corpus* matérias publicadas na/pela *Folha de S.Paulo* entre os anos de 2001 e 2005 que abordavam a língua portuguesa. Mais especificamente, este trabalho apresenta os resultados referentes às análises das matérias em que o português brasileiro é confrontado com a variedade europeia da língua. Os conceitos de interdiscurso e sistema de restrições propostos por Maingueneau (2005 [1984]) pautaram as análises cujos resultados ora apresentamos, o que insere este trabalho no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa.

Palavras-chave: língua portuguesa, identidade nacional, *Folha de S.Paulo*, D. Maingueneau.

Primeiras considerações

Neste artigo, discutiremos a articulação existente entre língua e identidade nacional a partir de matérias publicadas no/pelo jornal *Folha de S.Paulo*; em outras palavras, como a língua é retomada, no referido jornal, na definição de uma identidade que seja “genuinamente” brasileira. Para tanto, o recorte realizado toma como ponto de partida uma polêmica que julgamos ser relevante, a saber, a querela em torno do uso/presença de estrangeirismos na língua portuguesa. Tal polêmica iniciou-se na *Folha* em 2001 e nos serviu de índice de que se tratava, em verdade, da relação entre língua e identidade nacional — e não, como supúnhamos inicialmente, de legitimação de uma identidade *linguística* nacional.

Partindo dessa polêmica, construímos um *corpus* de 40 matérias, de diversas editoriais, publicadas até o ano de 2005,¹ estabelecendo como critério de seleção a menção, em algum momento, à língua portuguesa — o que nos permitiu incluir aí não só as matérias que tratavam da língua como tema central.

¹ Ano inicial de nossa pesquisa, cujos resultados parciais apresentamos neste trabalho.

Nossas análises mostraram que essas matérias poderiam ser agrupadas em dois eixos temáticos, assim divididos: i) o primeiro deles colocava a língua portuguesa em relação ao inglês (no debate sobre o uso/presença de estrangeirismos a que nos referimos mais acima); ii) já o segundo colocava a variedade brasileira da língua portuguesa em relação às demais variedades da língua, especialmente a europeia. As relações em cada um dos eixos são absolutamente diversas: se, no primeiro, verifica-se uma controvérsia violenta, em que o debate assume ares de proteção da própria soberania nacional, no segundo temos a presença de um discurso de difusão e promoção da língua portuguesa. Uma tal diversidade é facilmente explicada do ponto de vista discursivo, uma vez que o “outro” que os Estados Unidos (e, em consequência, o inglês) representam não é o mesmo que aquele representado por Portugal naquele momento histórico. Para efeitos deste artigo, porém, iremos nos ater apenas às análises do segundo eixo temático, composto por 20 matérias no total.

Utilizamos, para tanto, os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso francesa, de fundação pecheuxtiana, em especial alguns conceitos formulados por D. Maingueneau (2005 [1984]) no interior da proposta de uma semântica global, como os de interdiscurso e de sistema de restrições, conceitos estes que serão oportunamente apresentados.

Antes, porém, julgamos relevante, até mesmo em função do quadro teórico adotado, apresentar, ainda que sumariamente, algumas considerações a respeito das condições (históricas) de produção desses discursos. Vejamos.

As condições de produção

Nosso recorte de *corpus* inicia-se, como dissemos, no ano de 2001 e tem como ponto de partida uma polêmica (que tomamos como um *acontecimento*²) em torno da presença de estrangeirismos na língua portuguesa. O gatilho desse debate é o projeto de lei n. 1676/99 do deputado Aldo Rebelo, que dispõe, segundo atesta sua ementa, “sobre a proteção, a promoção, a defesa e o uso da língua portuguesa”. Esse projeto suscitou amplo debate, especialmente no interior da comunidade linguística, mas não apenas aí; também jornalistas – mas por questões diversas, como a *liberdade de expressão* – se posicionaram contra o referido projeto.

De fato, foi a proposição de Rebelo o fator desencadeador da polêmica que tomamos como ponto de partida para constituir nosso *corpus*; entretanto, havia ainda outros acontecimentos cuja relevância devemos ressaltar aqui. O ano de 2001 (e mesmo pouco depois) vivia ainda os ecos da comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil e, em razão disso, os reflexos dos muitos “balanços” sobre esses 500 anos, incluída aí a relação com a antiga metrópole: Portugal. Nesse cenário, os debates em torno de uma identidade que seja “genuinamente” nacional – ou seja, desvinculada da ideia de país colonizado, ou melhor, da dicotomia colonizado/colonizador – abarcam a questão linguística, i.e., retomam a língua como um elemento implicado na definição da nacionalidade. Acrescente-se a isso que o ano de 2003 foi marcado pela retomada da proposta de criação de uma comunidade dos países em que a língua portuguesa é falada – proposta esta feita, inicialmente, em 1996, mas que foi “encampada” pelo Presidente recém-empossado Luís Inácio Lula da Silva. Tal grupo ficaria conhecido sob a sigla CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

² Remetemos, neste ponto, a Pêcheux (2002 [1983]).

É possível compreender, portanto, por que as matérias publicadas no período em pauta distribuem-se sobre os dois eixos temáticos apontados anteriormente.

Mas se, como dissemos, o objetivo aqui é lançar um olhar sobre a relação entre língua e identidade nacional, é preciso que se diga em que medida estas duas noções se tocam. É, pois, esta questão que discutiremos sumariamente a seguir.

Língua e nação: imbricações

A discussão em torno da questão nacional tornou-se, em especial nos dois últimos séculos, axial dentre os temas com os quais os Estados têm de lidar. Nesse contexto, a elaboração de um conceito satisfatório de nação mobilizou – e ainda mobiliza – estudiosos de diversas áreas, sejam juristas, sociólogos ou cientistas políticos. Trata-se de uma “invenção” recente (HOBBSAWM, 2004; HOBBSAWM; RANGER, 1983) – o conceito de nação só surge por volta do fim do século XVIII em dicionários ao redor do globo –, e a fluidez é a marca dessa noção, visto que, ao longo dos anos, diferentes elementos ganharam destaque na determinação do que vem a ser ou não o nacional. Assim, ao falarmos em nação ou mesmo em identidade nacional, somos levados a refletir sobre qual (quais) elemento(s) serve(m) de norte/apoio para caracterizarmos o que é ou não uma **nação** e, correlativamente, o que permite a identificação com o nacional. Orlandi, a esse respeito, observa que

os objetos simbólicos que estão envolvidos na formação de um país são de muitas e variadas naturezas. E é da produção desses objetos e da relação estabelecida pelos sujeitos com essa produção que resultam tanto os sentidos atribuídos ao país como os que dão sentidos a esses sujeitos enquanto se definem como súditos, servos ou cidadãos, ou seja, enquanto eles se definem em relação à formação de “seu” país, nas formas que a política das relações sociais significar em sua história. (2002, p. 21)

É nessa perspectiva que, em *Nações e nacionalismos* (2004), Hobsbawm faz uma incursão histórica em torno da construção das nações – dos Estados-nações europeus, destacando quais são os elementos que entram, historicamente falando, na determinação do nacional.³ Não reproduziremos aqui esse percurso, mas destacaremos dele, para o que aqui nos interessa, o fato de que entre os anos de 1880 e 1918 (na Europa) a língua passou a ser um fator de grande importância na determinação das nacionalidades. Diferentemente do que ocorria em séculos anteriores, a noção de que “quem fala francês/italiano/russo é da França/Itália/Rússia” passou a funcionar como uma evidência, algo “lógico”. Surgem aí, então, os laços entre língua e nacionalidade.

Considerar a questão da identidade linguística fortemente relacionada às questões de identidade nacional implica, como dissemos, evidenciar o modo pelo qual tais noções (de língua e nação) se imbricam. Em alguns casos, nas matérias analisadas, elas chegam a ser apresentadas como coincidentes.⁴ Essa “coincidência” possibilita, em última instância, tomar a língua como uma espécie de território “nacional” (ou intercontinental).

³ Alguns dos elementos apresentados por Hobsbawm ao longo do livro são, por exemplo, língua, raça, religião, território, atletas, economia etc.

⁴ Vide item *Língua portuguesa: uma pátria sem fronteiras (?)* deste artigo.

Isso é possível justamente porque o conceito de nação não é um ponto pacífico nas doutrinas, isto é, não é estabilizado, com os elementos que o compõem previamente definidos. E isso decorre, em especial, do fato de ele se apoiar em um outro conceito prévio ideologicamente construído: o de “sentimento de pertença”. Esse *sentimento* faz com que os integrantes de uma nação se identifiquem como tal e não como pertencentes a uma outra qualquer.

Chauí (2006), a esse respeito, propõe que chamemos esses elementos, e também a própria nação, de semióforos, isto é, signos usados para “indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica” (CHAUÍ, 2006, p. 12). Para a autora, considerar a nação como um semióforo implica, na verdade, tratá-la como um semióforo-matriz: “o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa” (CHAUÍ, 2006, p. 14).

Assim, dado o número relativamente pequeno de semióforos que, ao longo da história dos Estados nacionais, serviram como base para definição da ideia de nação, propomos pensá-la a partir de um núcleo, historicamente definido, que contém todos esses elementos de identificação com o nacional. A organização dos elementos no interior desse **núcleo semiofórico** é resultante dos acontecimentos históricos por que passam as nações, de modo que há sempre um semióforo a reger os demais. Ou seja, a definição de nação não é dada a partir da soma de todos os semióforos no interior daquele núcleo, mas, sim, a partir de um elemento que ocupa uma posição hierarquicamente superior aos demais. Nesse sentido, acreditamos que é possível pensar, na atualidade, que a língua ocuparia esse lugar de superioridade em relação aos demais semióforos.⁵

Ainda sobre esse núcleo semiofórico, é preciso explicitarmos que a atualidade é marcada pelo que se convencionou denominar de “globalização”. De acordo com Hall (2005), uma certa necessidade de diferenciar para proteger, sempre presente na história de formação e consolidação dos Estados nacionais, ganhou novos contornos com esse fenômeno — compreendido como um conjunto de processos que atravessa as fronteiras e conecta as comunidades —, que gerou “a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas” (HALL, 2005, p. 69). Em razão disso, levantamos a hipótese de que no caso brasileiro,⁶ além de situar-se em uma posição hierarquicamente superior, a língua, com a compressão espaço-temporal gerada pela globalização, funciona como uma espécie de fronteira — aquilo que delimita o espaço nacional, os limites vão até onde os falantes estão. Retomaremos essa questão em nossas análises.

Passemos, então, aos pressupostos teóricos que embasam as análises relativas ao eixo que relaciona o português brasileiro às demais variedades do português no mundo.

O quadro teórico-metodológico

No interior da proposta de uma semântica global, Maingueneau (2005 [1984]) cunha alguns conceitos de fundamental importância para os desenvolvimentos recentes

⁵ É preciso lembrar que, para formular essa hipótese, baseamo-nos nas análises das matérias publicadas na/pela *Folha de S.Paulo* nos anos em questão; mas as tomamos como índice (GINZBURG, 1989) de uma posição representativa na sociedade brasileira.

⁶ Essa hipótese restringe-se, por ora, ao Brasil, em função do *corpus* analisado. Há que se fazer uma pesquisa para verificar se é possível que essa seja, de fato, uma tendência no mundo atual.

da AD. É no interior dessa formulação que o autor defende a tese do primado do interdiscurso, colocando-o como a unidade de análise pertinente.

A proposta de Maingueneau de uma semântica global pretende apreender a interdiscursividade por meio de um sistema de restrições que rege todos os planos da discursividade – desde os processos gramaticais, o *ethos*, até a própria organização das comunidades discursivas: “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus ‘planos’, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto da enunciação” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 79). Assim, de acordo com Maingueneau, todos os planos discursivos – donde seu caráter global – estariam submetidos a um mesmo sistema de restrições.

O sistema de restrições, por sua vez, consiste num núcleo formado por alguns (poucos) semas cuja organização determina regras a partir das quais os enunciados pertencentes a uma dada formação discursiva (doravante, FD) serão formados. Maingueneau pretende afastar-se da crença de que as regras são muitas, e afirma preferir pensar que, “para a maior parte dos enunciados de uma formação discursiva, elas [as regras] não se modificam” (2005 [1984], p. 63). Apresentaremos, após as análises, como se estrutura o sistema de restrições do posicionamento referente ao segundo eixo temático que compõem nosso *corpus*, e que denominamos **posição Folha**.

A proposta de Maingueneau de uma semântica global busca fornecer à AD um quadro metodológico mais operacional e, para tanto, o autor apresenta, de início, uma reformulação do conceito de interdiscurso de modo que seja possível ao analista assumi-lo não apenas como um pressuposto teórico, mas como um instrumento de análise. Maingueneau (2005 [1984]) propõe, então, que o conceito de interdiscurso seja pensado a partir de uma tríade, composta por *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*.

A partir da postulação da referida tríade, Maingueneau define, de partida, o seu domínio mais abrangente, a saber, o universo discursivo. Por se tratar de um “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 35), esse conceito se aproxima bastante do de interdiscurso cunhado por Pêcheux, sendo, entretanto, de pouca utilidade para o analista, já que “define apenas uma extensão máxima” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 35) e não pode ser apreendido em sua totalidade – conquanto seja finito. A partir desse universo é que serão constituídos domínios menores e que poderão ser estudados: os campos discursivos.

Um campo discursivo, por sua vez, deve ser compreendido como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 35). O autor alerta, porém, que a concorrência não deve ser entendida no sentido estrito, como um confronto aberto, mas também devem ser consideradas as relações de aliança, neutralidade aparente etc. Sobre o campo há que se dizer, ainda, que em seu interior encontram-se “discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 36) – o que implica dizer que as formações discursivas nele inscritas disputam espaço entre si.⁷

⁷ Essa relação de divergência é fundamental para o conceito de *interincompreensão* proposto pelo autor e que foi utilizado por nós nas análises realizadas alhures em relação ao primeiro eixo temático (inglês vs. português).

É no interior do campo discursivo que os discursos se constituem – daí a presença inextricável do Outro⁸ na gênese discursiva. Dizer, porém, que os discursos formam-se nessa instância não significa dizer que todos os discursos se formam de uma mesma maneira, já que existe uma heterogeneidade entre os discursos que compõem um determinado campo, i.e., há uma rede hierárquica, instável, opondo os discursos entre si como dominados e dominantes, de forma que eles não se situam necessariamente num mesmo plano. Além disso, um discurso não lida “integralmente” com o seu Outro, mas parcialmente, de maneira específica, com a parte do Outro que é necessário haver-se para que se possa manter a sua identidade. É, pois, nesse sentido que Maingueneau destaca que

o Mesmo não polemiza a não ser com aquilo que separou à força para constituir-se, e cuja exclusão reitera, explicitamente ou não, através de cada um de seus enunciados. O Outro representa esse duplo cuja existência afeta radicalmente o narcisismo do discurso, ao mesmo tempo em que lhe permite aceder à existência. (2005 [1984], p. 123)

No interior do campo, guiado por hipóteses fundadas num conhecimento dos textos aliado a um saber histórico, o analista é levado a isolar o que o autor chama de *espaços discursivos*: “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevantes para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENEAU, 2005 [1984], p. 37). É importante destacar que a formação dos espaços discursivos resulta de uma intervenção direta do analista.

Esse caráter constitutivo da relação que um discurso mantém com seu interdiscurso faz da polêmica – entendida em sentido amplo, i.e., não apenas enquanto confronto aberto, mas também nos sentidos de aliança ou aparente neutralidade – um pressuposto.

Considerando que o tema em pauta aqui é a delimitação do conceito de nação – eminentemente político –, melhor dizendo, em que medida a língua importa para a definição da nação, dizemos que operamos no interior de um *campo político*. No interior desse campo discursivo, recortamos um espaço discursivo que denominamos *debates em torno da identidade nacional*. E, no interior desse espaço, por seu turno, observamos os dois eixos temáticos apontados no início deste trabalho. Essa subdivisão decorre do fato de que, como dissemos, na *Folha de S.Paulo* (entre os anos de 2001 e 2005), **todas** as matérias que abordam, de alguma maneira, a língua portuguesa ora confrontam-na com o inglês, ora com as demais variedades de português no mundo, em especial a variedade europeia.

As análises que apresentaremos a seguir limitam-se, como dissemos previamente, ao segundo eixo temático e nelas procuraremos evidenciar que a polêmica, constitutiva da relação interdiscursiva, se dá sob a forma de uma aparente aliança entre diversos posicionamentos do campo. Assim, no caso do *corpus* aqui analisado será possível perceber que essa aparente aliança tem como efeito o apagamento de outros posicionamentos necessariamente implicados na polêmica, do que decorre a aparência de ausência de polêmica discursiva. Esse apagamento, por sua vez, tem, minimamente,

⁸ Maingueneau (2005 [1984], p.38) grafá com maiúscula esse “Outro” sem entendê-lo, porém, como equivalente ao da teoria laciana: “Entende-se que esse ‘Outro’, com maiúscula, não coincide com seu homônimo laciano. Empregamos esse termo porque não encontramos outro melhor. Podemos consolar-nos lembrando que nas ciências humanas não é um homônimo que vai fazer a grande diferença”.

dois efeitos: a) o de convergência de diferentes posicionamentos para um único posicionamento (de neutralidade, no sentido de ser “unanimemente aceito”), que analisamos como sendo “a posição Folha”; b) a construção de um lugar de legitimidade para o português brasileiro, elevado ao *status* de língua intercontinental.

Há que se dizer ainda que, embora nas matérias que compõem esse eixo sejam abordados diversos aspectos dessa relação entre o Brasil (PB) e as demais variedades, como, por exemplo, a economia e a política (no sentido bastante restrito do uso da língua portuguesa em reuniões políticas internacionais), para efeitos deste artigo, iremos nos ater à questão da “intercontinentalidade” da língua portuguesa, voltando-nos principalmente (embora não exclusivamente) para as matérias em que isso é mais evidente, a saber: aquelas que tratam da reforma ortográfica. Nesse eixo, a relação entre língua e pátria (pátria estendendo-se até onde a língua é falada) é bastante produtiva. Daí dizermos que, nesse eixo, não é apenas uma questão de identidade nacional, mas transcontinental, uma vez que a língua portuguesa não é falada apenas no Brasil. E para reforçar tal identidade, aproximar as variedades, diminuindo as diferenças (ou buscando apagá-las), a reforma ortográfica se apresenta como uma opção (política) viável.

Língua portuguesa: uma pátria sem fronteiras (?)

Vimos mais acima que o conceito de nação, eminentemente político, é essencialmente fluido. Mesmo assim, a partir, por exemplo, do estudo conduzido por Hobsbawm (além de tantos outros⁹), é possível observar alguns elementos que contribuem para a sua definição – ainda que ela se modifique ao longo do tempo. Dentre esses elementos podemos destacar a *língua*. E é o que se observa nas matérias abaixo citadas:

Na definição das identidades humanas, **o idioma é um dos principais fatores** a unir pessoas, formando povos, criando culturas. E aproximando países. (*Minha pátria é minha língua*, Informática, 26/09/2001, grifo nosso)

[a unificação da ortografia nos países lusófonos estimula] a mobilização em torno de um **fator de identidade nacional**. (*Unificação ortográfica é gesto político*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso)

Enunciados como esses nos possibilitam dizer que a *posição Folha*, em relação à língua portuguesa, tal como abordada no segundo eixo temático, é a de que ela é um elemento de unidade – e que, portanto, gera uma identidade –, não só nacional, mas intercontinental, isto é, de união entre todos os países que falam o português como idioma oficial.

É interessante reforçar que a ideia de nação apresenta-se de fato confundida com a de língua, por exemplo, a partir do mote “minha pátria é minha língua”, presente em diversas matérias da Folha – neste eixo mesmo, das 20 matérias que o integram, cerca

⁹ Para ficar apenas na esfera brasileira, podemos citar os conduzidos por Orlandi, dentre os quais destacamos 1990, 1996, 2002.

de ¼ delas fazem alguma referência à frase de Caetano.¹⁰ Essa confluência fica ainda mais perceptível no fragmento abaixo, que trata de um documentário acerca da língua portuguesa e suas variações ao redor do globo, e convida o leitor a conhecer o “território da língua portuguesa”:

Declaração de amor à língua portuguesa, o filme registra variados falares _ seja a língua mista de um indiano, seja o português africano com seus "erres" bem marcados, seja a linguagem artificiosa do ambulante carioca em sua pregação (marcada pelo esforço disciplinador do vocabulário), seja a fala desenvolvida de João Ubaldo Ribeiro ou de Martinho da Vila, seja a poesia que flui distraída nas palavras de Saramago e de Mia Couto, seja a voz triste e forte que canta um fado, seja a doce melancolia entoada pelo grupo Madredeus. (...) **Vale a pena fazer o reconhecimento desse surpreendente território da língua portuguesa.** (*Documentário faz tributo ao idioma português*, Ilustrada, 05/11/2004, grifo nosso)

A língua portuguesa passa, então, a ser não só o território nacional de cada um desses países, mas vai além, tornando-se o território único em que essas nações estão congregadas em identidade.

As matérias analisadas dão destaque à língua portuguesa e abordam-na tal qual uma pátria sem fronteiras. É o que destaca, por exemplo, a matéria de Clóvis Rossi intitulada *Lula propõe bloco da língua portuguesa* (Brasil, 12/07/2003). Em seu discurso, Lula procura destacar a grandeza do bloco como um todo, com seus 220 milhões de falantes. No entanto, Rossi, colunista da *Folha de S.Paulo*, ressalta que “os números precisam ser postos em perspectiva [...]. Os países da CPLP têm, de fato, 220 milhões de habitantes, mas dois terços estão concentrados em um só deles – o Brasil”. Ou seja, não fosse pela grandeza do Brasil, a CPLP não teria tamanha magnitude.

Assim, muito embora a língua seja apresentada como uma forma de unidade entre vários países, é digno de nota o fato de o Brasil, “por suas dimensões continentais”, ser o país que desponta como líder desse bloco dos países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesse sentido, ainda que a língua seja, como aponta, por exemplo, Carlos Heitor Cony, “uma pátria sem fronteiras”, é preciso que haja uma liderança (política) aí instaurada.

Dessa forma, nos debates em torno da identidade nacional, nota-se que não se trata simplesmente de unificar as nações em torno da língua, mas de legitimar uma posição de liderança do Brasil diante dos demais países de língua portuguesa. Além disso, frente ao português – especialmente o de Portugal –, a relação é diversa da apresentada em relação ao inglês (que é de “enfrentamento”), tendo em vista essa posição superior que é atribuída ao Brasil, e, conseqüentemente, ao português brasileiro, no cenário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Daí a relação polêmica não ser de confronto aberto, mas de aliança aparente, ou seja, é como se essa posição fosse “unanimente aceita”. É interessante observar que a (anterior) liderança portuguesa é, não raro, questionada. Apenas a título de exemplo, Millôr Fernandes, revestido do habitual tom irônico, classifica como “inexplicável” a variedade europeia reger os acordos ortográficos até então:

¹⁰ Aproveito para fazer aqui um parêntese: é realmente a frase de Caetano Veloso, porque a versão portuguesa (de Pessoa: “minha pátria é a língua portuguesa”) aparece em apenas uma matéria em todo o jornal naquele período.

No Brasil, com três reformas nos últimos cinquenta anos, nenhuma delas orgânica, e sempre **atreladas a um inexplicável acordo com Portugal** (por que não obedecer também a certas formas portuguesas de Guiné-Bissau?), a ortografia é um desastre. (*Saiba – marmanjos são anjos pescadores*, Mais!, 25/02/2001, grifo nosso)

O excerto indicia que o “problema” é especificamente em relação a Portugal – perfeitamente explicável do ponto de vista discursivo, considerando o outro que Portugal representa – e não com outros países falantes da língua portuguesa que, em tese, estariam na mesma posição (ex-colônia) que o Brasil. Na verdade, os demais países de língua portuguesa são, não poucas vezes, apagados nas reportagens. Tecendo um paralelo com o eixo I, podemos dizer que, se em relação aos estrangeirismos na língua portuguesa, a ameaça é apenas dos *anglicismos*, a disputa de espaço no eixo II é com Portugal, até então detentor do poder sobre a língua. Acontecimentos como esse nos possibilitam compreender melhor a afirmação de Maingueneau (2005 [1984]) de que a polêmica é, para o discurso, um pressuposto, uma vez que, na disputa por espaço social, um discurso precisa lidar constantemente com o seu Outro na tentativa de fechar sua identidade. No caso do eixo em questão, o Brasil precisa haver-se com quem “ameaça” seu posto de liderança: Portugal.

Nesse contexto, as matérias da *Folha de S.Paulo* que compõem esse eixo procuram dar destaque para esse papel de “superioridade” do Brasil diante dos demais países. No trecho a seguir, é possível notar que realmente se trata de uma mudança de posição especificamente entre Brasil e Portugal:

O Brasil entra esta noite oficialmente em uma nova área de atuação no comércio internacional: exportação de língua portuguesa para o governo de Portugal. (...). “É um momento histórico”, comemora o filólogo Mauro Villar, que finalizou o “Houaiss” brasileiro e supervisionou a edição portuguesa. “Estamos vivendo **a passagem de bastão da liderança no saber da língua portuguesa**”, opina Roberto Feith, diretor editorial da Objetiva. (*Brasil exporta português a Portugal*, Ilustrada, 30/09/2002, grifo nosso)

Observa-se que aqui há uma pressuposição de existência em relação à ideia de liderança, que não é sequer questionada. A afirmação dá conta apenas de que ocorre uma mudança no posto. Assim, a língua de “Camões” de outrora passa a ser agora o “idioma do professor Pasquale”:¹¹ quem tem poder/autoridade para falar sobre a língua não é mais a antiga metrópole, mas a ex-colônia de dimensões continentais. A “passagem de bastão” reforça a posição (política!) de líder do Brasil – independente/apartado de Portugal – e não mais de *colonizado*. Por isso mesmo uma aproximação com Portugal não é vista como problemática, ou seja, mesmo quando se insiste numa certa vinculação entre Brasil e Portugal nas discussões a respeito de um aspecto privilegiadamente linguístico, a saber, o da reforma ortográfica na língua

¹¹ Conforme destacado em 02/04/2001 na Folhateen: “Como registraram há um tempo minhas simpáticas vizinhas da esquerda, as meninas do “02 Neurônio”, um monte de gente acha que **o idioma do professor Pasquale** fica mais “cool” se estiver cheio de palavras em inglês no meio.” (*Mistura de inglês e português faz dialeto zulu da informática; site põe o Caetano no chinelo*, grifo nosso)

portuguesa – como se pode observar no texto a seguir, de Thaís Nicoleti Camargo –, o aspecto político da questão como um todo é ressaltado:

Unificar a grafia do português nos países lusófonos é antes um **gesto político, no qual parece estar o mérito da ação**. Afinal, estimula-se assim a mobilização em torno de um **fator de identidade nacional** e a conscientização da vitalidade do idioma e dos traços comuns entre as culturas que se expressam por meio dele. Isso tende a fazer surgir um maior intercâmbio entre as obras literárias produzidas nesses países. (*Unificação ortográfica é gesto político*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso)

E, ademais, trata-se de uma aproximação em que essa nova postura do Brasil é preservada. O excerto a seguir sintetiza a relação sustentada pela *posição Folha* entre Brasil e Portugal:

As novas regras ortográficas obrigarão os portugueses a grafarem algumas palavras como no Brasil. O verbete “acção” passará a ser “ação”. Os portugueses também terão de retirar o “h” inicial de algumas palavras, como “herva” e “húmido”. (...)

Segundo um especialista em cultura do governo, que preferiu permanecer no anonimato para evitar desgastes com Portugal, **a reforma fará com que o português falado no Brasil se torne o internacional**. (*Brasil dá primeiro passo para unificar a língua*, Cotidiano, 22/10/2004, grifo nosso)

Tomando por base todas as análises feitas em nossa pesquisa (cujos resultados parciais apresentamos aqui), formulamos nossa hipótese com relação à semântica discursiva da *posição Folha*, neste segundo eixo temático. O que nos parece é que o filtro semântico desse discurso apoia-se, fundamentalmente, sobre os seguintes semas: /promoção/, /divulgação/, /unidade/ e /liderança/. Isso porque a *posição Folha*, nesse eixo II, insere-se numa política de promoção e divulgação da língua portuguesa ao redor do mundo, procurando exaltar a sua unidade, mas sem se esquecer de que há um líder para esse bloco: o Brasil. As matérias analisadas sustentam nossa hipótese, visto que, mesmo quando procuram enfatizar a língua portuguesa como uma pátria sem fronteiras, como um elemento de identidade nacional (e transcontinental), assumem que há um país – o Brasil – cuja liderança na CPLP o torna capaz de tocar adiante a política de promoção e divulgação da (una) língua portuguesa.

A ideia de promoção e divulgação da língua portuguesa deve ser compreendida como uma política de valorização dessa língua, especialmente da variedade brasileira, de modo a não permitir seu desprestígio frente, por exemplo, ao português europeu, tido, no passado, como “melhor”. A divulgação do português do Brasil pelo mundo opõe-se a uma política de fechamento (em que o português seria usado somente em solo nacional, por exemplo), ao mesmo tempo em que possibilita uma expansão das fronteiras do território da língua portuguesa – considerando aí, especificamente, o caso do Timor Leste, que quis assumir o português como língua nacional, e ter o Brasil como país amigo. Essa expansão da língua portuguesa garantiria, em certa medida, uma unidade linguística, sobre a qual se sedimentaria a força política do bloco dos países da CPLP.

Considerações finais

Esperamos ter conseguido lançar mais um olhar sobre a relação entre língua e identidade nacional, já bastante debatida, é certo, mas que, a nosso ver, ainda apresenta espaço para estudos, uma vez sabido que a definição de nação é essencialmente fluida e está em constante movimento. Pensamos ter, nesse sentido, contribuído para apresentar – a partir da noção de sistema de restrições cunhada por Maingueneau – um posicionamento representativo na atual conjuntura, explicitando o seu funcionamento, que, em linhas gerais, coloca a questão linguística, no tocante à definição das nacionalidades, não apenas como um dos elementos daquele núcleo semiofórico que propomos inicialmente, mas, mais que isso, como o elemento a reger, no momento da publicação das matérias ao menos, os demais semióforos nacionais.

Por fim, destaque-se que, na associação entre língua e pátria, a “língua portuguesa” que se apresenta como a “pátria sem fronteiras” não é mais a variedade do “povo desbravador” que a levou aos quatro continentes, mas a variedade brasileira. É como se o Brasil não visse as fronteiras (geopolíticas) e fosse, como fala Cony em sua crônica (*Sonho antigo*, Opinião, 07/07/2001), uma espécie de “Cabral às avessas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, E. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1990].
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MAINGUENEAU, D. *A gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005 [1984].
- ORLANDI, E. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002 [1983].

BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

- RENAN, E. Qu'Est-ce une nation? In: _____. *Oeuvres Complètes*. Paris: Calman-Lévy, 1947.